

Considerações Geopolíticas sobre as Fronteiras Contemporâneas*

Michel Foucher**

Introdução

Agradeço ao Professor Marco Aurélio Machado pelo seu amável convite para participar deste quarto seminário de estudos fronteiriços aqui em Corumbá. Obrigado pela ocasião de retornar ao Brasil, onde comecei meus trabalhos de investigação em Geografia (Nordeste, Amazônia, Mato Grosso), seguido de outros países da América Latina (especialmente no noroeste da Argentina e no leste da Bolívia). Foi estudando as frentes pioneiras que compreendi que a estratégia de ocupação do espaço devia ser analisada sob um ponto de vista geopolítico. Passei, por conseguinte, das frentes pioneiras às fronteiras políticas.

A fronteira, objeto geopolítico por excelência

Lugar de inscrição da política no território, a fronteira é um objeto geopolítico por excelência. As suas funções clássicas são múltiplas – política (soberania), legal (direito), fiscal (alfândega), policial (controle), militar (defesa) –, ainda que não sejam todas exercidas no envelope externo do território nacional. Tempo inscrito no espaço, ela marca uma descontinuidade mais duradoura que o que se costuma dizer.

Ainda que cruzemos a Ponte da Europa de Estrasburgo a Kehl sem controle policial ou aduaneiro e sem obrigação de mudar as moedas, as

* Traduzido do original em francês por Michel Foucher. Revisão da tradução feita por Igor Catalão.

** Geógrafo e diplomata, Titular da cadeira de Geopolítica Aplicada (Collège d'études mondiales, FMSH/ENS). michelfoucher@yahoo.fr

diferenças leem-se por toda parte nas paisagens e na sinalização, ouvem-se na língua, antes de apreender-se a partir da primeira entrevista sobre os projetos de cooperação transfronteiriça que supõem trabalhar juntos um Estado centralizado e um Land dotado de amplos poderes. Dentro e fora, eles e nós, duravelmente. As discontinuidades territoriais não desaparecem. São as funções das fronteiras que se alteram.

No fundo da cena, impõe-se a intensidade da circulação de bens, capitais, ideias, emoções e estereótipos. Para uma empresa e para os economistas, a mundialização na sua fase atual é apenas a capacidade de agir, produzir ou investir em tempo real à escala do globo. Para um geógrafo, ela traduz-se pela entrada ou o regresso ao jogo global, dos Estados com seus territórios, periferias, recursos, minorias e ambições. Assim, as questões territoriais permanecem importantes, reativadas pelas mutações em curso que se acrescentam às questões geopolíticas mais clássicas e ainda pendentes.

A cena transfronteiriça contemporânea

O que observamos em relação à cena transfronteiriça contemporânea? Fronteiras políticas mais numerosas, mais visíveis e em plena regulamentação; contendas persistentes e recursos crescentes às instâncias jurídicas para a gestão dos desacordos; regimes de controle mais restritos, porém mais dispersos; fenômenos de compartimentação que coincidem com a generalização da abertura aos fluxos de todas as naturezas.

Para convencer-se da atualidade e turbulência da cena transfronteiriça contemporânea, é suficiente examinar a revisão, parcial e seletiva, das atividades diretamente ligadas às fronteiras internacionais no único período de junho a agosto de 2013, ou seja, os três últimos meses que precedem este seminário.

A leitura desta crônica permite distinguir várias categorias de processos. Contendas territoriais clássicas persistem na terra e no mar; novas fronteiras de Estado edificam-se; as regulamentações transfronteiriças multiplicam-se; elas participam de uma reafirmação das fronteiras e as práticas de endurecimento desenvolvem-se, transformando limites em delimitações lineares.

A cena transfronteiriça contemporânea é bem mais animada que os discursos sobre o Estado, num mundo aplainado pela globalização, possibilita entender. A inscrição territorial dos fenômenos políticos e geopolíticos, econômicos e demográficos acentua-se de modo que as fronteiras políticas ficam mais numerosas, mais visíveis e em franca regulamentação. As contendas persistem e observa-se um

recurso crescente às instâncias jurídicas para a gestão dos desacordos. Os regimes de controle transfronteiriços fazem-se mais restritos mesmo se eles se mostram mais dispersos. Enfim, os fenômenos de compartimentação ocorrem juntamente com a generalização da abertura aos fluxos de todas as naturezas.

Crônicas transfronteiriças dos 3 meses (junho-agosto de 2013)

Europa

11/8 Gibraltar

Na sequência da instalação de controles transfronteiriços suplementares pela Espanha na entrada e saída do enclave, Londres anunciou um recurso jurídico contra Madri na União Europeia. Madri vislumbra levar a contenda à Assembleia Geral das Nações Unidas, ao Conselho de Segurança e ao Tribunal Internacional de Justiça em Haia. Com efeito, Madri considera que as águas territoriais não foram cedidas ao Reino Unido pelo tratado de Utrecht de 1713, não mais que o istmo que liga o Rochedo à península, no qual se encontra o aeroporto de Gibraltar. Madri não reconhece a soberania britânica sobre as águas que cercam Gibraltar; por conseguinte, protestou contra a imersão, pelas autoridades de Gibraltar, de blocos de cimento oficialmente destinados a proteger os recursos pesqueiros.

Madri evocou a hipótese de fazer oposição conjunta com a Argentina, que reivindica as Malvinas, nas Nações Unidas. O ministro espanhol das relações exteriores irá a Buenos Aires em setembro.

** Trata-se de uma questão recorrente entre Londres e Madri, com um impacto nas reivindicações do Marrocos face à Espanha.*

29/7 Ucrânia

Os aduaneiros russos bloqueiam a entrada na Rússia de chocolates da marca Roshen, propriedade do oligarca e político Piotr Porochenko, que é favorável à entrada da Ucrânia na União Europeia. Desde 14/8, a maior parte das mercadorias provenientes de Kiev são proibidas de entrar na Rússia (tubos metálicos, móveis, produtos alimentares). Centenas de caminhões são bloqueados para intermináveis verificações. A perda estimada é de 1,9 bilhões de euros. Para Moscou, esta guerra comercial visa a torcer o braço à sua vizinha eslava na esperança de vê-la integrar a união aduaneira que existe entre a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão, primeira etapa de uma união euro-asiática, projeto principal de Putin. Ora, a

Ucrânia vai assinar um acordo de associação aduaneira com a União Europeia em novembro em Vilnius [capital da Lituânia], que preside a União Europeia e quer estabelecer uma parceria. A guerra comercial começou no dia seguinte a uma visita de Putin a Kiev, com o clero ortodoxo russo, para o 1025º aniversário do batismo do grande príncipe Vladimir. O presidente ucraniano recusou juntar-se à união aduaneira pós-soviética. Os serviços sanitários russos descobriram, em seguida, partículas cancerígenas no chocolate, mas não os serviços do Cazaquistão e da Bielorrússia. E, como não há postos de alfândega entre eles e a Rússia, os tablets acabam chegando ao país. A Ucrânia exporta um quarto dos seus produtos para a Rússia e um terço para a União Europeia.

** Trata-se da ilustração dos processos de recomposição geopolítica do continente europeu desde 1991 e da questão dos limites orientais da União Europeia. Notar-se-á o papel político da alfândega.*

Ásia

27/7 Coreia

O armistício de 27 de julho de 1953 entre as duas Coreias nunca foi seguido de um tratado de paz. A península permanece um anacrônico bastião da guerra fria. Continua cortada em duas por uma DMZ, zona dita desmilitarizada, de 248 Km, do mar Amarelo ao mar do Japão. A linha de demarcação Norte que a prolonga até o mar Amarelo nunca foi reconhecida por Pyongyang. O complexo industrial transfronteiriço de Kaesong foi fechado em abril. As visitas ao monte Kumgang, lugar de encontro de famílias separadas pela DMZ, ainda estão proibidas. O PNB *per capita* é de 22.700\$ no Sul e 1.125\$ no Norte, ou seja, um fosso de 20 para 1. 24.000 soldados americanos estão no Sul. O Norte faz de um tratado de paz a condição do desarmamento; Washington tem a posição oposta.

** A questão central é a das relações entre Beijing e Washington. Beijing apoia o Norte e visa a partida das tropas norte-americanas. E visa igualmente afrouxar as amarras da presença militar americana no Pacífico ocidental. Vêm, daí, as tensões contínuas sobre as ilhas administradas pelo Japão (Shenkaku/Diaoyu), cujo governo não consegue colocar um olhar objetivo sobre a política agressiva do Sol Nascente na Ásia no período 1931-1945. A chave de leitura é a das relações entre duas potências estabelecidas (Estados Unidos e Japão) e uma potência ascendente (China). A questão das fronteiras marítimas oriunda dos conflitos de 1895 à 1945 está claramente posta no Pacífico ocidental e a China proclama direitos históricos que divergem do status quo e do direito internacional marítimo.*

19/7 Índia e China

A Índia anuncia a criação de um corpo militar de 50.000 homens para proteger a sua fronteira com a China, ameaça entendida como sendo mais importante que o Paquistão a longo prazo. Esta armada custará 11 bilhões em 7 anos e a ideia existe desde o conflito de 1962. Mais cedo no ano, uma incursão chinesa por 18km no Ladakh, na Caxemira, tinha conduzido 30 soldados do Exército Popular de Liberação a acampar do lado chinês da linha de controle atual (LoC) sobre a fronteira disputada do Himalaia. Eles partiram após três semanas, pouco antes de uma visita do primeiro ministro chinês a Nova Délhi.

** Estas tensões recorrentes opõem os dois grandes gigantes da Ásia. Apesar do aumento contínuo das trocas comerciais, as rivalidades geopolíticas e estratégicas aumentam. A noção de BRIC encontra aí os seus limites como chave de leitura do novo mundo.*

Magreb e Maxerreque

3/7 Egito e Gaza

O exército egípcio acentua a sua política de asfixia de Gaza para punir o Hamas pelo seu apoio à Irmandade Muçulmana. 70% dos túneis de contrabando que passam sob a fronteira e asseguram 60% das necessidades da população foram destruídos. O ponto de passagem de Rafah, única porta de saída dos habitantes de Gaza para o exterior, foi fechado.

** A Faixa de Gaza é afetada por um novo bloqueio que recorda aquele aplicado em 2008 por Israel. O fechamento de uma fronteira é um instrumento político eficaz, às expensas das populações civis.*

13/7 Israel e Palestina

O ministro israelense de habitação põe a primeira pedra de uma nova colônia de povoamento ao Sul de Jerusalém afirmando: “é apenas um início; a melodia não pode parar”. Os novos alojamentos estão todos situados ao leste “da linha verde” que separa Israel da Cisjordânia. Nesse contexto, a retomada das negociações entre israelenses e palestinos em 14 de agosto começou mal. Os palestinos exigem que o futuro Estado seja delimitado segundo com as fronteiras de 1967 (linha verde), incluindo Jerusalém Leste e excluindo os grandes blocos de colônias judaicas.

** A extensão espacial de Israel prossegue para além da fronteira de 1967, por uma estratégia de ordenamento do território fundado sobre blocos de hábitat e estradas reservadas ligando os novos bairros entre eles, transformados no começo de agosto em zonas de*

prioridade nacional. O método do jogo de Go, de colocação de pontos, nós e redes é eficaz desde a origem e compromete, de modo sustentável, a viabilidade geográfica eventual de um Estado palestino, que não teria mais continuidade territorial.

Mais ao norte, a guerra civil na Síria, seguindo a do Iraque, continua a alterar as configurações transfronteiriças procedentes do período dos mandatos franceses e britânicos. Os curdos do Iraque são quase independentes de Bagdá. Os da Síria têm o mesmo objetivo. No Líbano e na Síria, assim como no Iraque, microfronteiras comunitárias tornam-se linhas de frente. O metafronteira que opõe sunitas (majoritários na Síria, minoritários no Iraque) e xiitas (situação oposta) vê opor-se no campo o Irã e a Arábia Saudita e, de modo mais diplomático, os Estados Unidos e a Europa, por um lado, a Rússia e a China, por outro, esta última tendo obtido importantes contratos petrolíferos no Iraque.

África

11/8 Mali

O segundo turno da eleição presidencial levou ao poder um líder que quer restaurar a integridade territorial do seu país e a soberania nacional, com a ajuda do exército francês, dos formadores europeus e das forças da ONU. Há vários anos, as montanhas transfronteiriças do Saara, no norte do Mali, tinham-se tornado um santuário de movimentos islamistas radicais. Alguns instalaram-se no sudoeste da Líbia, mal controla pelo governo de Trípoli, e outros nos montes Chambi, na fronteira da Tunísia com a Argélia.

** Os Estados da zona Saara-Sahel dispõem de muito longas fronteiras que eles não são capazes de controlar. As funções reais básicas de um Estado (controlar o território e administrar as populações) são ainda grandes desafios a enfrentar.*

Ademais, as populações minoritárias (Tuaregues, Toubous, Berberes) reivindicam, ao menos, autonomia, que os fracos poderes centrais são reticentes em conceder.

12/7 Níger e Burquina Fasso

O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) designou os peritos (engenheiro geógrafo e geodésico), encarregados de assistir os dois Estados, a demarcar os segmentos de sua fronteira, cujo traçado histórico foi definido pelo Tribunal em abril de 2013.

** Em julho de 2014, a União Africana celebrará do 50º aniversário da declaração do Cairo relativa ao respeito à intangibilidade das fronteiras dos Estados africanos no momento da conquista de sua independência. É interessante notar que o princípio*

básico desta doutrina é o do uti possidetis juris, oriundo das práticas jurídicas da América Latina no momento das independências. Na África, o compromisso de 1964 foi respeitado globalmente, exceto no caso do Sudão do Sul. O Programa Fronteiras da União Africana incentiva os Estados a regular suas contendas sobre os traçados e a empreender as demarcações necessárias (60% dos comprimentos ainda não foram demarcados) de maneira a facilitar a integração regional e local, facilitar as trocas, a circulação e o comércio.

América Latina

O mesmo TIJ continua a tratar os processos relativos às atividades conduzidas pela Nicarágua na região transfronteiriça com a Costa Rica (16/7), a construção de uma estrada neste país ao longo do rio San Juan e a recurso impetrado pelo governo do Estado Plurinacional da Bolívia contra a República do Chile sobre um desacordo relativo “à obrigação do Chile de negociar de boa fé e de maneira efetiva com a Bolívia para chegar a um acordo que assegure a esta um acesso plenamente soberano ao oceano Pacífico” (18/06/2013). O TIJ fixou datas de expiração dos prazos para o depósito das peças do procedimento escrito (17 de abril de 2014 para a Bolívia, 18 de fevereiro de 2015 para contrarresposta do Chile).

** 40% das ações levadas ao TIJ desde o ano 2000 são procedentes de Estados da América Latina.*

24/06 Estados Unidos e México

O Senado americano validou o plano destinado a duplicar o número de agentes federais (20 mil policiais além dos 18 mil presentes) responsáveis pela vigilância da fronteira com o México e a construir várias centenas de quilômetros de barreiras elevadas (com compras de equipamento de detecção, câmeras, *drones*, veículos e helicópteros com um orçamento de 3,2 bilhões de dólares). O democrata Chuck Schumer, um dos arquitetos da reforma, declarou: “Haverá olhos no céu, em *drones* e aviões, de modo que qualquer pessoa que tentar atravessar a fronteira será detectada, de dia ou de noite, quer chova, quer vente. É incontestável que a fronteira vai ficar estanque”. Em contrapartida, milhões de clandestinos serão regularizados.

** As evoluções da política dos Estados Unidos na direção dos fluxos legais e ilegais que passam pelo norte do México são bem documentadas. A insistência sobre a função das barreiras (1,5 milhões de cruzamentos ilegais) não deve mascarar o fato de que se trata da ligação mais frequentada do mundo (600 milhões de passagens nos 33 postos legais), que*

foi a base da criação de verdadeiras regiões transfronteiriças. Encontra-se o equivalente apenas na Europa ocidental e na Ásia oriental.

Esta crônica transfronteiriça recorda que as questões relativas às fronteiras são o terreno diário de milhões de habitantes e uma preocupação constante dos diplomatas e dos estrategistas.

A crônica oferece uma tipologia de situações que ilustram cada qual um aspecto da problemática transfronteiriça contemporânea.

Geopolítica das fronteiras em 2013: três tendências

1) Os limites políticos internacionais tornam-se mais visíveis. É uma tendência pesada, nomeadamente em países de regime democrático. Os 193 Estados são limitados de 271 áreas de contato, fronteiras terrestres comuns a dois Estados contíguos, que representa 248 mil quilômetros ou um milhão de quilômetros a gerir, posto que é necessário ser dois para gerir uma fronteira.

Se considerarem-se as duas últimas décadas, uma topografia rápida oferece os resultados seguintes: 27 mil quilômetros de fronteiras novas desde 1991 foram instituídos, essencialmente na Europa e Eurásia e na África; mais de 24 mil quilômetros de fronteiras foram objeto de acordos de delimitação e demarcação; quase 18 mil quilômetros de programas de muros, fechamentos e barreiras metálicos e eletrônicos foram anunciados; a territorialização dos espaços marítimos desembocou em acordos em 39% dos 450 limites potenciais em zonas de superposição.

O movimento de fragmentação geopolítico concerniu à Europa e Eurásia desde 1989-1991. Após a autodissolução da União Soviética, as federações desiguais evanesceram quer pacificamente (Eslováquia, República Tcheca), quer de modo trágico (Iugoslávia). Os processos de secessão prosseguiram-se: Nagorno-Karabakh, Transnistria, Abakhasia, Ossécia do Sul. Formam conflitos ditos congelados que a cúpula do OSCE (Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa) em Astana, em dezembro de 2010, comprometeu-se a desbloquear. A União Europeia deverá gerir os efeitos desta fragmentação e absorver também não apenas 27, mas 40 ou 45 (sem contar a Europa oriental, a Ásia central e o Cáucaso). Em nenhuma parte noutro lugar no mundo (exceto na Eritreia e em Timor Leste), criaram-se ou aceitaram-se novas fronteiras. Este método que consiste em favorecer a criação de entidades estatais não viáveis ainda não é seguido no continente africano, onde perdura o mito fundador da intangibilidade das fronteiras herdadas da descolo-

nização. Ora, de fato, foi posto em questão o Sudão (secessão do Sul em 2012) e a Somália (parcialmente).

2) O segundo processo notável é a reafirmação das fronteiras internacionais pelos Estados, com o duplo objetivo de clarificar as linhas de controle e tornar as portas mais eficazes. O comércio foi multiplicado por quatro em 20 anos. As fronteiras não desaparecem; uma maior visibilidade a condição mesma da sua abertura. A sua função de barreira apaga-se localmente, mesmo entre a Índia e a China, que têm necessidade de passagens e de colos para o trânsito do Himalaia, enquanto graves contendas territoriais persistem ao ponto que é a única área de fronteira do envoltório chinês que não foi o objeto de um acordo definitivo.

Esta reafirmação tem, portanto, duas dimensões, em conformidade com o método que preside a definição das fronteiras internacionais, delimitação primeiro, depois demarcação sobre o terreno. Os acordos de delimitação passaram entre os Estados para concluir longas negociações. Valem reconhecimento das novas realidades geopolíticas, quer seja sobre os limites pós-soviéticos que mudaram o estatuto (acordos passados da China com os Estados da Ásia central e a Rússia), na Península Arábica (onde a Arábia Saudita demorou a aceitar a independência dos diversos emirados) ou na África do Oeste (acordo entre a Nigéria e Camarões sobre a península de Bakassi na sequência do acórdão do Tribunal Internacional de Justiça).

Encarte: quatro opções civilizadas de reafirmação

Solicitar a arbitragem do Tribunal Internacional de Justiça: o fato que as decisões do Tribunal imponham-se às partes constitui uma vantagem. No entanto, as decisões são frequentemente impopulares e têm um impacto sobre as populações. A Nigéria vem assim devolver a península de Bakassi a Camarões com base num acórdão do TIJ (ele mesmo fundado sobre tratados anglo-alemães, o instantâneo colonial) e foi necessário deslocar as populações de nacionalidade nigeriana instaladas do lado camaronês. As companhias petrolíferas faziam, com efeito, pressão no sentido de um regulamento, porque não se sabia se os lotes propostos nas chamadas de oferta se encontravam do lado da Nigéria ou de Camarões.

Negociar de maneira bilateral: pôde-se assistir a negociações densas no caso da Rússia e da China, da China e do Cazaquistão, da China e do Vietnã. A França procede a trocas regulares com a Itália, a Suíça ou Luxemburgo. Estas trocas referem-se a alguns hectares para edificar uma zona de intercâmbio, uma zona industrial etc.

Ordenar a natureza: utilizam-se os parques naturais, os parques nacionais, os parques de animais para, nas regiões despovoadas, gerir as fronteiras e atribuir-se sobre limites. Mais de 10% dos traçados transfronteiriços terrestres são geridos por parques nacionais transfronteiriços. Isso é frequentemente utilizado na América Central, Áustria, Bielorrússia-Polônia e África Austral. Anteriormente, os parques naturais de animais eram utilizados pelo exército africano para lutar contra as incursões militares do ANC; hoje há parques de paz. Descobri em Israel a importância das estratégias de reflorestamento ao redor da linha verde nas regiões pouco povoadas. Estas florestas fronteiriças fixam na paisagem e no território o limite final.

Fazer interagir a opção econômica: trata-se de implantar mecanismos de exploração conjunta dos recursos comuns. Paralelamente a negociações diplomáticas, é completamente possível construir sociedades mistas binacionais que explorem conjuntamente os recursos disponíveis. Isso requer muita sabedoria, mas, na medida em que isso se pratica para os recursos hidráulicos, porque não poderia aplicar-se também aos recursos energéticos?

Vem, em seguida, a demarcação. A Arábia Saudita aceitou, enfim, negociar as suas fronteiras com os Estados do Golfo independentes desde 1971, mas onde os Britânicos tinham deixado traçados não materializados. Uma estratégia de demarcação passa a realizar-se, com grandes despesas. No continente africano, estruturado por quase 82 mil quilômetros de fronteiras terrestres, 41% do comprimento nunca foi demarcado e, em relação ao que foi, pelo menos 40% devem ser refeitos, incluindo as extensões lacustres (lagos Victoria e Kivu) e certas ilhas fluviais (Níger). Vários Estados comprometeram-se nesta via, especialmente o Mali e Burquina Faso, Moçambique e os seus vizinhos (Malavi, Tanzânia).

A Argélia, o Marrocos, a Líbia, a Nigéria, Camarões, Burquina Fasso, o Mali, a Etiópia, o Sudão e Moçambique têm políticas transfronteiriças muito ativas que têm várias funções: melhorar a eficácia dos regimes transfronteiriços para reduzir o tempo de espera, favorecer as trocas locais e as modalidades de cooperação regional, na esteira do conceito “de países fronteiras”, lançado por Alfa Oumar Konaré, antigo presidente do Mali e posteriormente da União Africana.

3) Um terceiro desafio é o da vigilância dos limites, que se agrava para os Estados com meios insuficientes, como se vê em relação aos limites sahel-saarianos. Mas referem-se igualmente a Estados mais bem dotados como a Argélia, a Arábia Saudita, o Cazaquistão ou o Brasil. A segurança internacional hoje é ameaçada devido à ausência da capacidade de controle dos Estados sobre o seu território. Há, por conseguinte, desafios de territorialização que não se reduzem à edificação de “muros”, cujo comprimento não excede 3% da quilometragem total. Limites

rígidos (na península da Coreia, por exemplo) existiam antes da queda do muro de Berlim. Depois disso, outros instalaram-se. Pode-se elaborar uma tipologia da “barreirização” em função de quatro situações geopolíticas.

No caso de territórios disputados, o Estado mais forte decide criar um fechamento de segurança ou um muro, de modo que a linha de cessar fogo se torne o limite futuro de um regulamento definitivo. É o método do Marrocos após a anexação do Saara ocidental; é também o método israelense na Cisjordânia (salvo que o muro israelense não segue a linha de armistício de 1967) ou ainda o método indiano na Caxemira (atrás da linha de controle, os Indianos construíram um fechamento de segurança, cuja mensagem política significa que a Caxemira deve ser compartilhada).

Nos territórios não disputados, mas sujeitos a tensões, observa-se, como na Irlanda do Norte em que, mesmo após os acordos de paz da Sexta-feira Santa, as comunidades católicas e protestantes continuaram a ser separadas por *peace lines*. Estas comunidades separadas temem enfrentar a abertura que representa a paz. O muro, termo genérico, é uma figura de interdição, de proibição de entrar ou sair.

Barreiras pós-conflitos: é o caso da linha desmilitarizada na Coreia. Em Chipre, as Nações Unidas decidiram construir um muro no lugar do *No man's Land*, porque soldados turcos e cipriotas se provocavam mutuamente. O Kuwait e a Arábia Saudita fecharam as suas fronteiras com o Iraque para evitar as incursões djihadistas e a emigração das tribos não controladas.

As barreiras antimigratórias: pode-se citar os casos de Ceuta e Melilla, dos Estados Unidos com o México, de Schengen onde se exercem fortes pressões migratórias (ilhas da Grécia oriental). O modelo romano das *limas* é retomado, fechamento para filtrar e não efetivamente para fechar.

Economia da vigilância e os regimes transfronteiriços

Os freios à fluidez dos fluxos econômicos.

O conceito “de tempos de espera na fronteira” (de acordo com a OCDE, o BM, a UNCTAD).

Do (para o) porto (do) ao hangar de armazenamento: números de documentos + número de assinaturas + tempos de passagem (+ pontos de controle) (tempo de transporte excluído).

África: 35 dias para exportação, 60 dias para importação (melhoria em curso).

OCDE: 12 dias.

Singapura/Dinamarca: 6 dias; Finlândia/Portugal: 7 dias.

UE External Borders Fund: 182 bilhões de euros (2007-13) (25% sobre fronteiras).

Facilidades Schengen: 145 bilhões de euros (2017).

Eurosur: 15 milhões de euros (águas territoriais).

Reino Unido: UKBA (2008) + e-border (2014):?

EUA: SBI 115,4 bilhões de euros (de acordo com GAO: 3,6 bilhões de dólares sobre 2006-9). Orçamento total do DoHS: 43,2 bilhões de dólares.

Marrocos, Argélia, Índia.

Oriente Médio.

ÁS: SBGDP (norte 2-2,5 bilhões de euros e Sul 6,5 bilhões de euros?).

Catar: 240 milhões de euros?

Iraque (CS 2008?).

Conclusão: o limite e a borda



(Autor: Foucher 29/10/2009)

Esta fotografia do termo ocidental da fronteira México/Estados Unidos, vista do lado meridional, parece-me ilustrar o nosso mundo, cujos limites são, ao mesmo tempo, fechados e porosos. A maioria dos humanos, ao Sul, agora sabe que noutra lugar a erva é mais verde. Ainda que os Estados entendam afirmar a sua vontade de controle sobre a cena transfronteiriça, a sua capacidade de fazê-lo é reduzida e toda a história dos muros é a história das estratégias de seus contornos.

Esta dialética da compartimentação, ditada pelos imperativos da segurança ou pelos impulsos identitários, e a abertura, forçada pelas trocas e o suave comércio, são conhecidas dos geógrafos. Mas vamos mais distante, relendo os filósofos. Em seus *Prolegômenos a qualquer metafísica futura* (1783), Emmanuel Kant, que se interroga sobre o conhecimento científico, velou pela distinção do limite (*die Grenze*) que supõe que podemos ainda conhecer ou descobrir algo, do limite (*die Schranke*), linha fechada, negadora. Se se transpusesse esta definição em termos geopolíticos, pôr um limite significa que se sabe que o outro existe; a fronteira identificada, mas ultrapassável funciona como um marcador que estrutura. O limite, em contrapartida, é um indicador territorial, o muro uma delimitação linear, ou seja, de negação, de invisibilidade. As delimitações lineares estendem-se, negando um dos princípios da coexistência entre os povos: a legitimidade procede finalmente do olhar do outro.

Viveríamos num mundo sem fronteiras e a internet seria o sintoma e o símbolo desta situação. Contudo, a internet é controlada perfeitamente pelas polícias culturais de numerosos Estados e não pode, por conseguinte, ser suficiente para fazer prova do que precede.

A ideia que vivermos num mundo sem fronteiras é paradoxal, senão falsa e perigosa. Os teóricos do conceito de globalização, assim, puderam escrever obras que titulam sobre “*Borderless world*” à destinação de empresas que querem vender produtos globais. Temo-nos dado conta, rapidamente, de que os mercados não eram globais porque permaneciam áreas culturais e linguísticas das quais decorria a necessária adaptação dos produtos. No entanto, a ideia de um mundo sem fronteiras, compartilhada pelos banqueiros de investimento e pelos altermundialistas, tornou-se nestas duas últimas décadas um verdadeiro *slogan*.

Corumbá, 2 de setembro de 2013.

